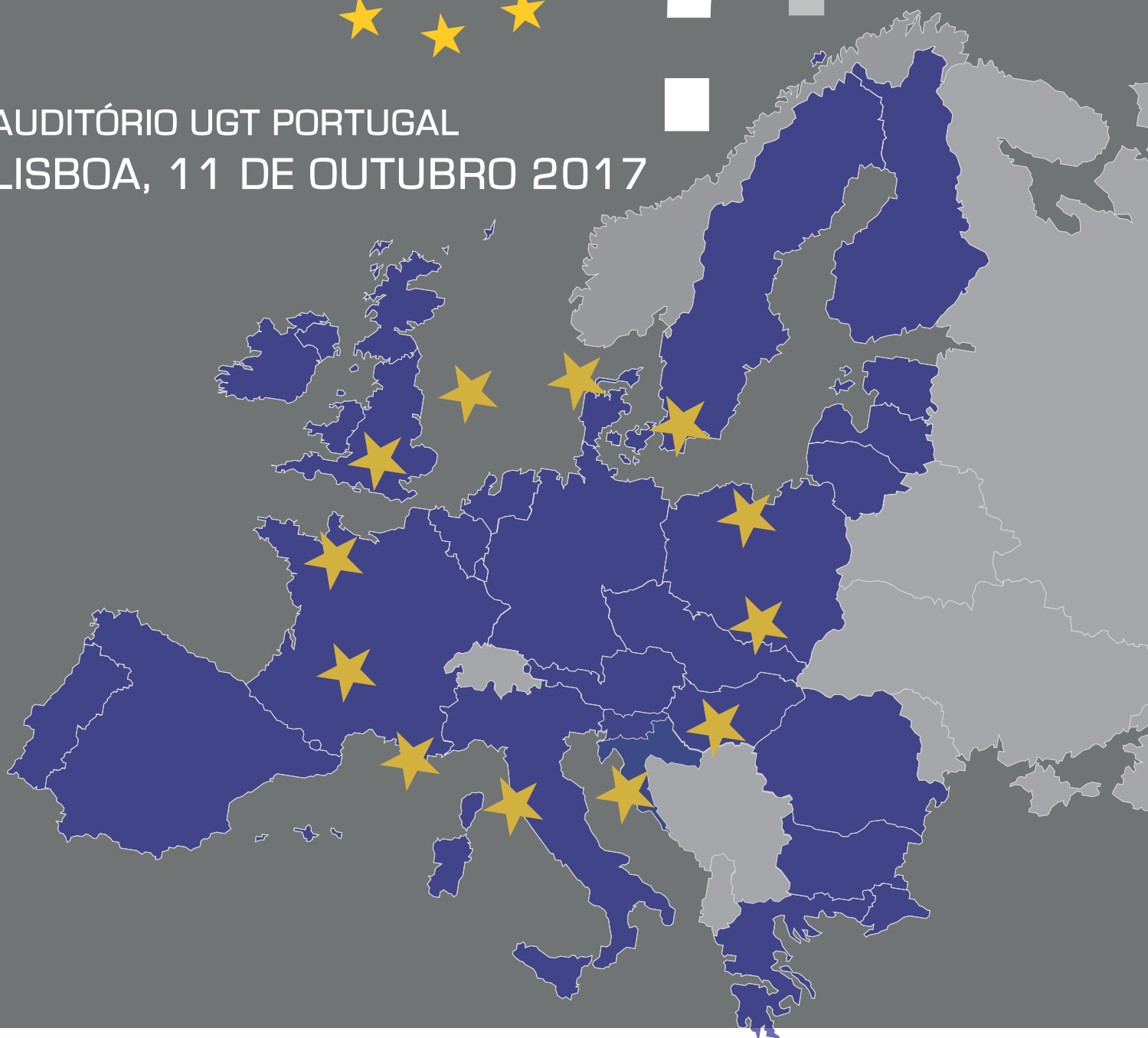


# O FUTURO DA EUROPA

AUDITÓRIO UGT PORTUGAL  
LISBOA, 11 DE OUTUBRO 2017



# O FUTURO DA EUROPA



CARLOS SILVA

Secretário-Geral da UGT

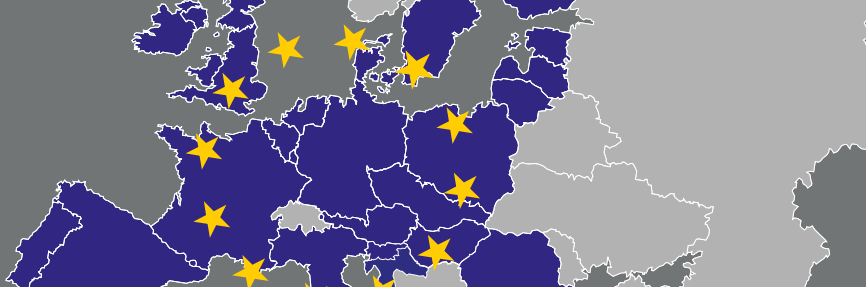
Boa tarde a Todas e a Todos.

Um particular cumprimento, que é quase generalizado, aos nossos convidados, quer nacionais, quer internacionais. De uma forma muito particular, ao Sr. Prof. Adriano Moreira, e ao Dr. António Vitorino, que acederam prontamente ao convite efectuado pela UGT para participarem nesta conferência sobre o futuro da Europa.

Aos nossos distintos amigos, líderes de confederações sindicais europeias, e de uma forma particular à Gabriele Bischoff, que é oriunda da DGB alemã, uma central sindical, entre outras, com quem a UGT tem uma longa tradição de relacionamento institucional, pessoal e sindical. E é também a Presidente do Grupo dos Trabalhadores dentro Comité Económico e Social Europeu. Ao Erich Foglar, que é o Presidente da ÖGB austríaca e ao Karl-Petter Thorwaldsson, que é o Presidente da LO Sueca. Como estamos em família sindical queria dar-vos nota que o Eric Foglar é um presidente uma grande confederação na Áustria, e quer o seu chanceler, quer o ministro dos Assuntos Sociais austríaco, têm uma relação muito privilegiado com a ÖGB. É que ele é a entidade empregadora deles os dois. Por isso é bom termos ministros que respondam à central sindical, enquanto entidade patronal. E o Karl-Petter representa a ligação entre o movimento sindical e a vida partidária e política. Na Suécia a grande tradição é que os Presidente da LO sejam todos primeiros-ministros, e o seu antecessor é o actual primeiro-ministro sueco. Portanto Karl-Petter espero ter-te cá, na qualidade primeiro-ministro, um dia tarde se esse for o teu desejo e o desejo do povo sueco.

Um cumprimento também a Gonçalo Lobo Xavier, representante da CIP no Comité Económico e Social Europeu, que acedeu a estar aqui presente também, porque ele é vice-presidente do CESE. E que melhor exemplo que nós podemos ter hoje nesta sala da UGT, em que estimulamos o diálogo social e em que demonstramos ao País e também aos nossos convidados que o diálogo social não é uma miragem em Portugal. Porque dois parceiros sociais, entre os quais a UGT e a CIP, que aqui estão neste palco, representam muito daquilo que é o sucesso do diálogo, do compromisso e do princípio da concertação em Portugal. Está aqui Francisco Calheiros, o Presidente da Confederação do Turismo de Portugal, a quem eu também quero cumprimentar, também dos outros parceiros sociais. Representantes dos Grupos Parlamentares do CDS-PP, Dr. Anacoreta Correia. O líder dos TSD's, deputado, e antigo dirigente da UGT, Pedro Roque. E a representante do Partido Socialista, deputada e antiga dirigente da UGT, Wanda Guimarães. Significa que a UGT ainda faz alguma coisa pelo País ao nível político.





Um cumprimento ao Sr. Presidente do Comité Económico e Social, Prof. Correia de Campos. Ao director da DGERT, a antigos dirigentes do Instituto de Emprego e Formação Profissional, velhos amigos. Ao nosso moderador João Dias da Silva, que é meu colega no Comité Económico e Social Europeu. Aos antigos dirigentes da UGT, começando por João Proença, como não podia deixar de ser.

Cumprimentar o Sr. Dr. Miguel Morgado, representante do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, que agradeço a sua presença. E sendo uma central sindical, até na diplomacia temos trunfos, e temos aqui presentes embaixadores. O Sr. Embaixador da Alemanha, a Sr.<sup>a</sup> Embaixadora da Grã-Bretanha, Reino Unido, Inglaterra, como lhe queiram chamar, para nós são os nossos aliados ingleses há mais de 600 anos. E também representantes das Embaixadas da Noruega e da Dinamarca. E quero cumprimentar todos aqueles que nos visitam. Os nossos elementos da delegação internacional, representantes do Comité Económico e Social que acompanham o Sr. Presidente. Meus colegas do CESE, como o Eng.<sup>o</sup> Carlos Ramos, da Ordem dos Engenheiros, o Reinhard Naumann, da Fundação Friedrich Ebert em Portugal, os dirigentes do CEFOSAP e do CENFIM, centros protocolares do Instituto de Emprego e Formação Profissional, e todos os colegas, amigos e companheiros da UGT.

Dizer o quê em relação a esta conferência, eu acho que acima de tudo vamos ouvir os nossos convidados, o Dr. António Vitorino e o Prof. Adriano Moreira. E que melhor poderia traduzir a minha intervenção do que em vez de estar a falar além dos cumprimentos, ler uma mensagem que Sua Excelência, o Sr. Presidente da República fez questão de endereçar à UGT por esta ocasião e que de alguma forma traduz aquilo que eu poderia dizer por outras palavras.



Carlos Silva, Secretário-Geral da UGT

# O FUTURO DA EUROPA

## Mensagem de Sua Excelência o Presidente da República Para a Conferência Internacional sobre o Futuro da Europa, promovida pela UGT - União Geral de Trabalhadores

*“Saúdo a senhora Presidente da UGT, Lucinda Dâmaso, o senhor Secretário-geral, Carlos Silva e os demais responsáveis, pela feliz iniciativa de tratar em Conferência Internacional um tema fundamental como é o futuro da Europa.*

*Esta saudação ganha importância pela qualidade e diversidade dos intervenientes, nacionais e internacionais, com ênfase para os dois oradores principais, António Vitorino e Adriano Moreira. Reconhecidamente dois dos maiores pensadores e especialistas portugueses em matéria de relações internacionais e na integração europeia, a intervenção de ambos será comentada por três altos representantes de outras tantas confederações sindicais europeias, os presidentes Erich Foglar, da Áustria e Karl-Petter Thorwaldsson, da Suécia, e Gabrielle Bischoff, da Alemanha, presidente do grupo dos trabalhadores do Conselho Económico e Social Europeu.*

*Ficará pois esta ocasião a constituir, estou certo, um contributo inestimável para a reflexão sobre o Futuro da Europa; reflexão indispensável, aliás, pela complexidade e dimensão dos problemas com que se debate o continente europeu, os quais não se compadecem com soluções casuísticas ou respostas circunstanciais.*

*Seja do domínio do mercado interno, seja na dimensão social e na resposta à desigualdade, à precariedade laboral e ao desemprego, seja finalmente nas questões da segurança individual e colectiva dos europeus, é indispensável reflectir e propor respostas adequadas e eficazes.*



O Presidente da República

MENSAGEM DE SUA EXCELENCIA O PRESIDENTE DA REPUBLICA  
PARA A CONFERENCIA INTERNACIONAL SOBRE O FUTURO DA EUROPA, PROMOVIDA PELA  
UGT - UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES

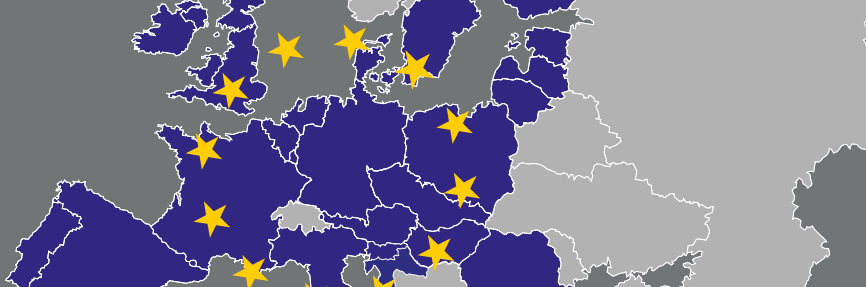
Saúdo a senhora Presidente da UGT, **Lucinda Dâmaso**, o senhor Secretário-geral, **Carlos Silva** e os demais responsáveis, pela feliz iniciativa de tratar em Conferência Internacional um tema fundamental como é o **Futuro da Europa**.

Esta saudação ganha importância pela qualidade e diversidade dos intervenientes, nacionais e internacionais, com ênfase para os dois oradores principais, **António Vitorino** e **Adriano Moreira**. Reconhecidamente dois dos maiores pensadores e especialistas portugueses em matéria de relações internacionais e na integração europeia, a intervenção de ambos será comentada por três altos representantes de outras tantas confederações sindicais europeias, os presidentes **Erich Foglar**, da Áustria e **Karl-Petter Thorwaldsson**, da Suécia, e **Gabrielle Bischoff**, da Alemanha, presidente do grupo dos trabalhadores do Conselho Económico e Social Europeu.

Ficará pois esta ocasião a constituir, estou certo, um contributo inestimável para a reflexão sobre o Futuro da Europa; reflexão indispensável, aliás, pela complexidade e dimensão dos problemas com que se debate o continente europeu, os quais não se compadecem com soluções casuísticas ou respostas circunstanciais.

Seja no domínio do mercado interno, seja na dimensão social e na resposta à desigualdade, à precariedade laboral e ao desemprego, seja finalmente nas questões da segurança individual e colectiva dos europeus, é indispensável reflectir e propor respostas adequadas e eficazes.

Por essa razão também, a participação na Conferência de vários membros do **Conselho Económico e Social Europeu**, em distintas qualidades formais, confirma a dimensão institucional da exigência clássica, cara ao sindicalismo democrático, do equilíbrio entre a economia e a dimensão social; entre o mercado, o comércio e o rosto humano das sociedades contemporâneas.



## *O Presidente da República*

*Simbólico também, por razões que assentam nas anteriormente referidas e que com elas se reforçam, é a presença, na sessão de encerramento, da senhora Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, **Ana Paula Zacarias**.*

*Atenta a importância da matéria em discussão, bem como o papel relevante da actividade sindical na vida das empresas, dos trabalhadores e dos portugueses em geral, o governo assinala assim, como igualmente o faz nesta ocasião o Presidente da República, a importância crucial do debate que aqui terá lugar para o nosso futuro comum; para o futuro de todos os europeus.*

*Saudando os participantes, desejo o maior sucesso para os vossos trabalhos.*

*Por essa razão também, a participação na Conferência de vários membros do Conselho Económico e Social Europeu, em distintas qualidades formais, confirma a dimensão institucional da exigência clássica, cara ao sindicalismo democrático, do equilíbrio entre a economia e a dimensão social; entre o mercado, o comércio e o rosto humano das sociedades contemporâneas.*

*Simbólico também, por razões que assentam nas anteriormente referidas e que com elas se reforçam, é a presença, na sessão de encerramento, da senhora Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, Ana Paula Zacarias.*

*Atenta a importância da matéria em discussão, bem como o papel relevante da actividade sindical na vida das empresas, dos trabalhadores e dos portugueses em geral, o governo assinala assim, como igualmente o faz nesta ocasião o Presidente da República, a importância crucial do debate que aqui terá lugar para o nosso futuro comum; para o futuro de todos os europeus.*

*Saudando os participantes, desejo o maior sucesso para os vossos trabalhos,*

*Palácio de Belém, 10 de Outubro de 2017*

*Marcelo Rebelo de Sousa ”*

# O FUTURO DA EUROPA



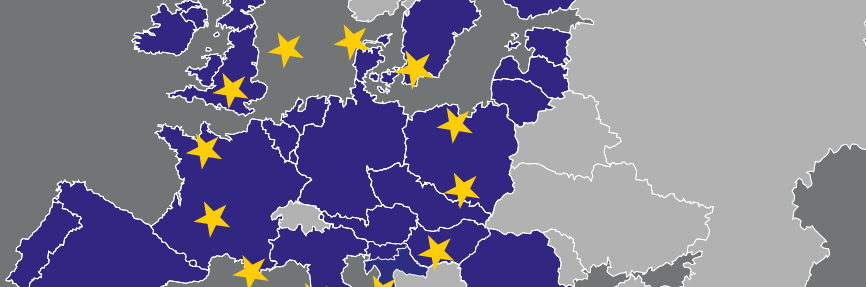
Subscrevendo e sublinhando a intervenção do Sr. Presidente da República, a mais alta entidade do Estado, queria naturalmente congratular-me pela presença de todas e de todos, afirmando claramente que a UGT estando ao serviço dos trabalhadores, está ao serviço do País.

Estar ao serviço do País é estar ao serviço da economia, é estar ao serviço das empresas. Estou a olhar para Rafael Campos Pereira, Presidente da AIMMAP, responsável por uma grande parte daquilo que é hoje o sucesso das exportações portuguesas, da área da indústria, e por isso a sua vinda a esta casa é sinal da dimensão eclética que a UGT tem no País, enquanto parceiro social que todos respeita, que com todos fala, que com todos negocia, e que com todos tem capacidade de atingir compromissos, salvo aqueles que nunca querem atingir compromissos e que fazem do conflito a sua forma de estar. Essa não é a forma de estar da UGT. Nunca o será e portanto estamos aqui ao serviço dos portugueses e do nosso País.

Bem Hajam

Muito Obrigado





GONÇALO LOBO XAVIER



Vice-Presidente do CESE

Muito boa tarde a Todos

Eu já sabia que isto ia ser um exercício muito difícil falar a seguir ao Secretário-geral da UGT, Carlos Silva, porque ele praticamente esvaziou as palavras que eu queria dizer sobre esta conferência. Mas mesmo assim, não posso deixar de começar por agradecer a alegria que o Secretário-geral da UGT me dá ao permitir-me dizer umas breves palavras na abertura de uma conferência sobre o Futuro da Europa.

E faço-o na qualidade de vice-presidente do Comité Económico e Social Europeu, é por isso que aqui estou, mas também porque honro as minhas origens como membro indicado pela CIP, para representar a indústria e os empresários em Bruxelas, neste órgão consultivo da União Europeia, que é, e sempre será, a casa da sociedade civil organizada. E claro, porque o orgulho também pode ser uma qualidade, também o faço, não posso deixar de referir, na qualidade de que o meu dia-a-dia é preenchido na defesa do sector industrial mais exportador do País, que como todos nesta sala sabem, é o sector metalúrgico e metalomecânico, esse campeão das exportações, mas que também já foi referido pelo Carlos Silva.



Gonçalo Lobo Xavier, Vice-Presidente do CESE

# O FUTURO DA EUROPA

Feitas estas declarações de interesse, poder-se-ia perguntar: Mas então o que é que faz um homem da CIP e das empresas na abertura de uma conferência organizada pela UGT?. Bom, se há algo que tenho aprendido nesta caminhada no CESE em Bruxelas, é que a construção da Europa não se pode fazer sem diálogo social. E a CIP e a UGT privilegiam o diálogo social, quer em Portugal quer na Europa, e assumem essa responsabilidade. Isto não é nenhum lugar-comum. A colaboração que temos tido a vários níveis no CESE, não só entre os representantes portugueses, é reveladora de uma visão europeia comum centrada no crescimento, nos cidadãos e na sua integração plena numa Europa de paz e de prosperidade para todos.

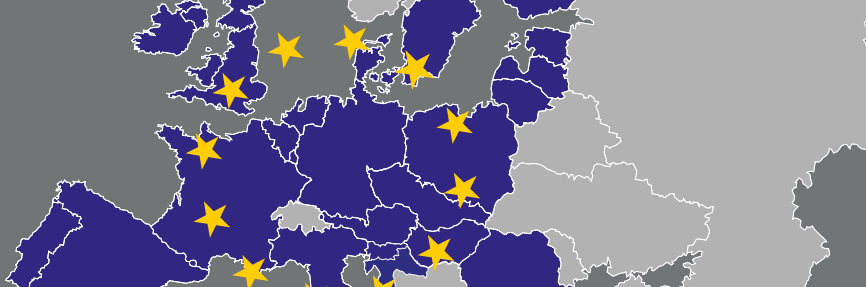


A verdade é que os desafios do mercado de trabalho e das empresas, com as transformações tecnológicas em curso, com a economia circular, com a digitalização dos produtos e processos, com as mudanças comportamentais dos consumidores, as alterações demográficas, enfim, com a rapidez com que o mundo e a Europa estão a mudar obrigam a um diálogo entre confederações patronais e sindicatos, que não pode deixar de orientar uma

discussão sobre o Futuro da Europa. E frequentemente, devo dizê-lo e confessá-lo, é mais fácil chegar a consensos a nível europeu sobre as matérias que referi, do que em alguns estados-membros. É pelo menos esta a minha experiência pessoal.

Os parceiros sociais têm pois de assumir o seu papel no crescimento da Europa. A este propósito, também não posso deixar de dizer que fui nomeado relator para fazer o parecer sobre a política industrial europeia, a pedido do Semestre Europeu búlgaro que vai começar em janeiro, e tenho a alegria de ter um co-relator do Grupo II, o grupo dos sindicatos, e que felizmente tem muitas afinidades comigo porque é representante alemão, do sindicato alemão do metal. Portanto a liga está bem representada e bem oleada e vai correr bem.

Estamos aqui perante um painel riquíssimo de oradores e por isso todos ansiamos pelo começo dos trabalhos. Eu não posso nem devo, por isso falar muito mais, para não correr o risco de dizer alguns lugares-comuns e que nada acrescentam à reflexão. Mas atrevo-me, para terminar, modestamente, a lembrar uma diligência que o CESE teve há uns meses quando, numa iniciativa em que se discutia o Futuro da Europa com jovens dos 28 países da União Europeia, exortou o comissário Katainen a recomendar aos estados-membros o ensino da História da Europa. Digo



bem, incluir nos currículos uma disciplina, preferencialmente comum, sobre a História da Europa. Como chegámos a este processo de paz, com 60 anos de vida. Como uma Europa sem fronteiras e de liberdade. O que passámos e a quem devemos este projecto fantástico do qual nos devemos orgulhar.

É que os jovens da geração abaixo da minha têm a paz, a liberdade, a livre circulação e outras matérias, como dados adquiridos na sua vida. Mas a verdade é que nem sempre foi assim. Eles nunca viveram de outra maneira e não percebem algumas das preocupações e sinais extremistas que vão aparecendo por essa Europa fora. E valia a pena que estudassem um pouco mais da história da Europa, para valorizarem o projecto, contribuírem ainda mais para este conceito. Repito, do qual nos devemos orgulhar. Devemos aprender com a História para não repetir erros do passado e para projetarmos o futuro. Algo que o comissário Katainen tomou boa nota, mas também, algo que cada um dos estados-membros pode fazer para o bem comum. E não estou a ser naïf.



Agradeço muito ao Carlos Silva e à UGT todo o apoio que têm dado a mim pessoalmente no CESE, mas sobretudo a oportunidade para vos dirigir estas palavras e desejo a todos uma ótima reflexão para o bem de Portugal e da Europa, que bem precisa de um diálogo social profícuo e duradouro.

Um bom trabalho para todos.

Muito Obrigado!



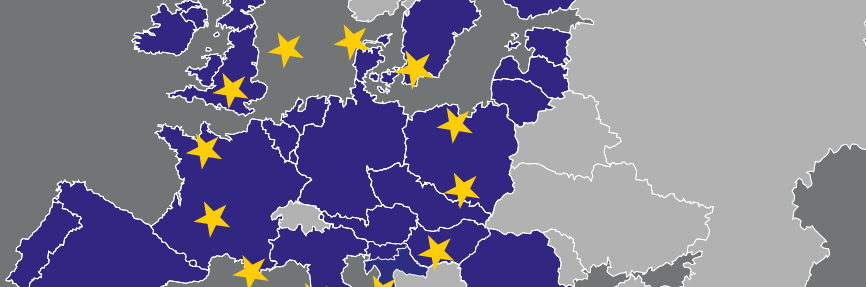
## Adriano Moreira



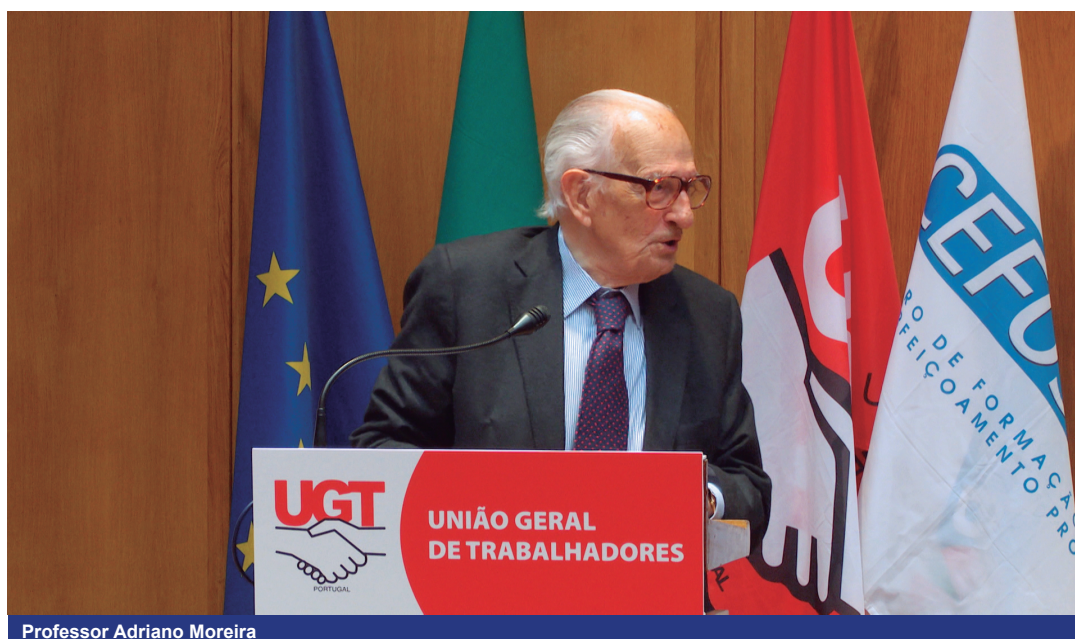
Por surpreendente que pareça, começarei este texto pela conclusão. No que toca ao futuro da Europa, tal como cabe perguntar qual o futuro do globo, a resposta será que o imprevisível está à espera de uma oportunidade. Designadamente, no que à Europa respeita, lembremos que “entre o Homo Erectus de há dois milhões de anos, e a União Europeia em que nos encontramos neste ano da graça de 2017, a identidade europeia tem uma idade muito jovem”<sup>1</sup>. E durante esta curta vida política, sofreu uma frequente alteração de estruturas políticas, da qual, para a presente exposição, limitarei a recordação às alterações do século XX, cujo consequencialismo define o ambiente obscuro em que nos encontramos nesta entrada no século XXI.

No século XX podíamos adoptar a designação para a Europa de “Luz do Mundo”, como constantemente ela foi apelidada, absorvendo o continente americano na designação abrangente de Ocidente. Neste acrescento convém não esquecer a carta do abade Correia da Serra para o seu amigo Jefferson, antes do que seria chamado a democracia Jefordiana, e na qual vaticinava que os E.U.A coordenariam o norte do continente, e o Brasil, ainda respirando a ilusão do breve Reino de Portugal, Brasil, e Algarves, coordenaria o sul. De facto no século XX, herdeiro de um passado de lutas militares internas, ou de expansão mundial, a Europa, centro do mundo, tinha alcançado uma estrutura politicamente composta de Impérios internos (Império Alemão, Império Austro-Húngaro, Império Russo e Império Turco) e Estado soberanos, os quais partilhavam o poder sobre o globo, em termos de ser possível usar a expressão Império Euromundista (Holanda, Bélgica, França, Reino Unido, Portugal possuíam as parcelas desse império). As rivalidades internas conduziram à Guerra Mundial de 1914-1918, que terminou com o predomínio americano a ditar a reestruturação da área, subordinada ao princípio, pela primeira vez enunciado de Estado-Nação, e liquidação das internas formas imperiais. O agente foi o presidente Wilson, interventor predominante Clemenceau, que todavia não conseguiria que o Congresso dos E.U.A assinasse o Tratado da Sociedade das Nações. Este período de guerra foi chamado pelos historiadores de “Europa sangrenta”. O Tratado de Versalhes, de 28 de Junho de 1919, tornou claro que a principal consequência era o sinal do início da decadência europeia, que não conseguira uma acreditada paz sem vencidos. No exército alemão vencido não faltou o comentário de que a chamada “paz” era apenas um armistício. De facto, o curto período que levou à Guerra Mundial de 1939-1945, se viu crescer o Império Colonial Euromundista com as possessões coloniais dos vencedores aumentadas com os territórios retirados à Turquia a favor da França e da Inglaterra, e se os seus povos, a beneficiarem de uma prosperidade material, também viveu





uma multiplicidade de regimes políticos, que na chamada “Europa Rica” acolhia a democracia liberal parlamentar sobretudo na Inglaterra e na Alemanha, pela Constituição de Weimar, mas que na “Europa Pobre” desencadeou um movimento contrarrevolucionário, defensivo em relação à vitória comunista na Rússia, na qual o Comité Central Executivo Pan-Russo, em 3 de Outubro de 1918 anunciava a sua crença na Revolução Mundial, missão de que o Komintern assumiu a direcção, até que o Pacto de Locarno (16 de outubro de 1925) pareceu marcar o critério central das relações internacionais, obra sobretudo de Aristides Briand. Mas esta evolução incluiu o crescimento do totalitarismo, por exemplo com o Almirante Horthy (1920), na Hungria, com Seipel na Áustria (1922), com Primo de Rivera em Espanha, Mustafa Kemal na Turquia (1923), o Marechal Pilsudski na Polónia (1926), Salazar, em Portugal (1928), tudo a caminho da Guerra de Espanha com Franco (1936-1939), e sobretudo com Mussolini e o seu fascismo (1922), mais o nazismo de Hitler, manipulando a Constituição de Weimar, tendo escrito o Mein Kampf (1925), em que ninguém parece ter acreditado, talvez pela enormidade, que pareceu simplista, das ideias: destruição da democracia em favor do Chefe, o antisemitismo que levaria à prática de um dos mais graves crimes contra a Humanidade, a inaceitável guerra que seguiu. Entrou no Parlamento em 1928, e iniciou o caminho que levou à terrível guerra de 1939-1945, que terminou no dia com que um jornal francês chamou “esta alegria coberta de lágrimas”. Novamente a



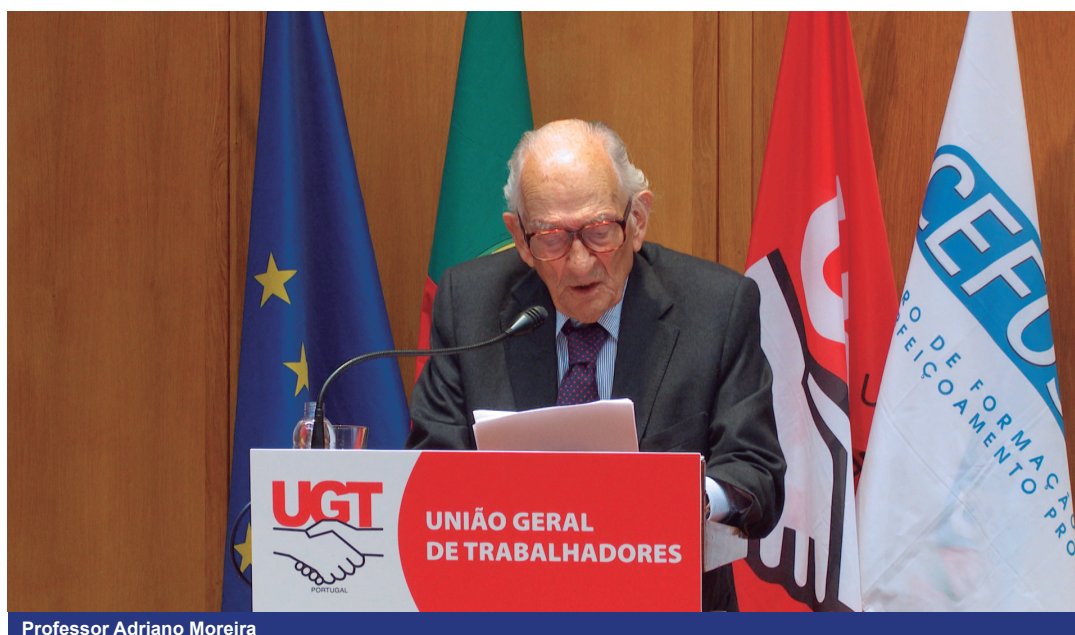
Professor Adriano Moreira

intervenção dos E.U.A foi indispensável, e de novo a sua voz foi fundamental na reorganização da paz. Assim como nos estatutos da Sociedade das Nações, tinham imposto em nome do Estado-Nação, o fim dos Impérios dinásticos europeus, agora, sob a liderança de Roosevelt e, finalmente de Truman, viria a ser estabelecida, na Carta da ONU, o fim do império Euromundista, o que, depois das guerras que não pouparam nenhum titular europeu, privou a Europa do domínio das matérias-primas, do domínio dos mercados coloniais de produtos acabados, da capacidade

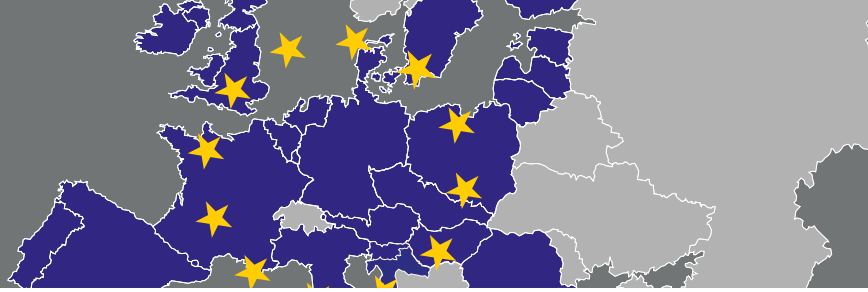
# O FUTURO DA EUROPA

de impor o preço do trabalho, da negação dos direitos políticos e sociais às populações dominadas: a França teve o exército esmagado em Diên Biên Phu depois de uma guerra de oito anos (1954), o ilustre Miterrand declarou a resistência armada na Argélia, com o fundamento de que a Argélia foi, a Argélia é, a Argélia será sempre a França e cujas consequências ainda hoje são inquietantes. Na Índia, o assassinato de Ghandi implicou viabilizar a separação entre a União Indiana e o Paquistão ao custo de quatrocentos mil mortos, e Portugal teve a sua longa guerra colonial que terminou no 25 de Abril. Mas, sobretudo tem de notar-se que a libertação da Ásia, tendo como referência a Conferência de Bandung (1955) proclamou o “neutralismo” do chamado, por nós, Terceiro Mundo, e finalmente o confronto entre os ocidentais e os soviéticos: isto traduziu-se, na proclamação de Churchill – “que l’Europe se léve!” (1946), e face à projeção do projecto imperial soviético, que a ordem da ONU, subordinada aos pressupostos do “mundo único”, isto é, sem guerras, e a terra “casa comum dos homens”, fosse limitada pela criação da Ordem Militar representada pela NATO dos ocidentais, e pelo Pacto de Varsóvia dos russos.

Ficámos com uma estrutura de metades: duas Europas, duas cidades de Berlim, duas Alemanhas, dois meios mundos, o do Norte dividido entre Democracias e Sovietismo, e o Sul dominado pela herança do modelo dos Estados Extrativos Coloniais, com guerras internas e internacionais rigorosíssimas. Na meia Europa ocidental, homens tocados pela santidade, como no terceiro mundo de Mandela e Ghandi, esqueceram as destruições brutais da guerra de 1939-1945, e uniram finalmente a Europa (ocidental) como meio de finalmente conseguirem que “nunca mais” se repetisse cataclismo igual: doutrinalmente guiados Jean Monnet, Adenauer pela Alemanha, Shuman, pela França, e De Gasperi, pela Itália.



Professor Adriano Moreira



Professor Adriano Moreira e João Dias da Silva, Vice-Presidente da UGT e Membro do CESE

O desenvolvimento institucional da Nova Europa que sonharam, com expressão formal no Tratado de Lisboa, de 13 de Dezembro de 2007, teve uma série de fraturas que afectam o presente e tornam obscuro o futuro. Em primeiro lugar, recusaram assumir a matriz cristã, única definição secular do espaço que nenhum acidente geográfico limita, e que, por isso, lucidamente, o esquecido Camões considerou como eixo da roda das comunidades, a maior parte tendo evoluído para adoptar a forma de Estado soberano. Depois, começando por ser uma das metades da Europa dividida pelo confronto entre a Nato e Varsóvia, acolheu a Europa que viveu meio século de submissão ao soviétismo, logo que caiu o Muro de Berlim, sem qualquer estudo de integração; no que toca ao projecto do modelo político não conseguiu organizar um conceito estratégico integrador; esquecendo a vinculação à unidade, consentiu a divisão vigente entre uma Europa rica, e outra, batida pela crise económica e financeira, pobre e como que reproduzindo o império romano: Chipre, Grécia, Itália, Malta, Espanha, Portugal. A questão política e administrativa correu longe da participação e do conhecimento dos eleitorados nacionais e dos seus parlamentos, fazendo crescer o abstencionismo nas eleições, o divisionismo interno de alguns Estados membros, como a Espanha e o Reino Unido, e o Brexit britânico, o segundo desde Henrique VIII. No discurso do Parlamento Europeu, em 25 de Novembro de 2014, o Papa Francisco, avisou o seguinte e cito: “Manter viva a realidade das democracias é um desafio deste momento histórico, evitando que a sua força real - força política expressiva dos povos - seja removida face à pressão de interesses multinacionais não-universais, que as enfraquecem e transformam em sistemas uniformizados do poder financeiro, ao serviço de titulares desconhecido. Este é um desafio com que hoje nos defronta a história”.



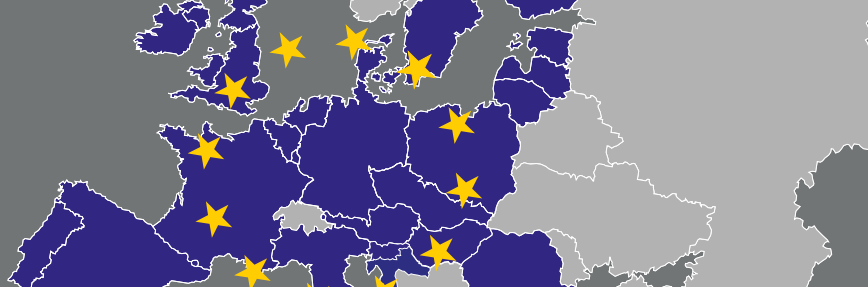
# O FUTURO DA EUROPA



Professor Adriano Moreira e Dr. António Vitorino

Tendo vivido por meio século uma política de metades, com a ordem Militar dos Pactos a dominar, agora defronta o risco de um Ocidente de metades, em consequência da conduta imprevisível do actual Presidente dos E.U.A. Uma incerteza que, somada ao turbilhão dos refugiados e à retirada da esquadra e do exército britânico, subitamente agrava o problema da segurança, enfrentando o terrorismo, e a necessidade proclamada de um exército para o qual não há reservas financeiras.

Não obstante o nível científico das instituições universitárias e de investigação, o brilho das artes e criatividade cultural, incluindo a geral aceitação, já efectivada ou em progresso, dos direitos do homem, é talvez mais claro antever o que a Europa não será, do visionar a sua definição futura. Em primeiro lugar, atendendo ao critério dominante antes da última Guerra Mundial, nenhum Estado europeu será líder mundial, que no passado pode ser reivindicado por alguns, nem poderá voltar a ser considerada colectivamente a “Luz do Mundo”. Os E.U.A, uma criação de europeus que ainda hoje ali revelam dificuldades internas para aceitar a igualdade das etnias, conseguiram ser “A casa no alto da Colina”, enfraquecer a própria Europa na guerra de 1914-1918 com a extinção dos Impérios Europeus (Alemanha, Austro-Hungria, Rússia, Turquia) substituídos pelo ambicionado modelo de Estado-Nação, e que no fim da guerra de 1939-1945 impondo-lhe o fim do Império Euromundista, abrangente do chamado Terceiro Mundo; mas, além de debilitarem a solidariedade atlântica, terão de disputar a igualdade com emergentes como a China, e os desafios



afectados pela moral insanity que governa hoje a Coreia do Norte, agora pelos caminhos, se algum, da presidência de Trump. Quando o Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, ao comparecer no Parlamento Europeu para apreciar o fim da presidência do Conselho Europeu por Malta, ali encontrou uma dezena de deputados, mas encontrou também umas centenas de assinaturas, não evitando declarar que “este Parlamento é ridículo”, podemos compreender que o Futuro da Europa esteja difusamente a ser imaginado pelo que, em geral displicentemente, se chama – “o populismo”. Dos muitos livros publicado sobre o tema e das advertências do Papa Francisco, que os Cardeais foram buscar ao fim do mundo, talvez o mais claro e definidor seja o de Jean-Werner Miller (O que é o Populismo?). Na sua definição, adverte: “o populismo não um corolário da democracia liberal no sentido de levar a política “mais perto do povo”, ou de sequer reafirmar a soberania popular, como às vezes é sustentado. Mas pode ser útil ao tornar claro que partes da população realmente não estão representadas (a falta de representação pode dizer respeito a interesses ou identidades ou a ambas as coisas). Isto não justifica a alegação populista de que só os seus representantes são o povo verdadeiro e que eles são os únicos legítimos representantes”. Palavras que já tenham sido proferidas antes de qualquer nome das mudanças radicais históricas que os sistemas políticos sofreram. Por agora a única coisa que parece visível na Europa e no globalismo, é que o imprevisível está á espera de uma oportunidade.

Muito Obrigado!



João Dias da Silva, Vice-Presidente da UGT e Membro do CESE

# O FUTURO DA EUROPA



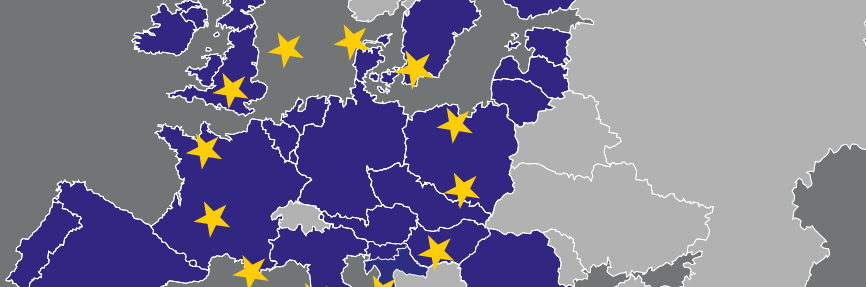
António Vitorino

É com muito gosto, mas com enorme responsabilidade, que partilho a tarefa de orador com o Prof. Adriano Moreira, que disse que falava de pé, mas que já não falaria de pé durante muito tempo, mas que pela magnífica exposição que ouvimos, ficamos com a convicção profunda de que felizmente continuaremos a contar com ele a falar e de pé.

A primeira questão que eu acho crucial nos tempos de hoje, até para prevenir os imprevistos, é que as crises pelas quais a União Europeia passou, a crise financeira global (2008), a crise da Zona Euro, a crise dos refugiados, e se me permitem dizer, a crise provocada pela decisão britânica de abandonar a União Europeia, gerou clivagens entre os estados-membros, que se não tiveram a prioridade política para serem ultrapassadas, poderão ser clivagens que se traduzem em fraturas permanentes. E essas fraturas permanentes sejam elas norte-sul, este-oeste, ou grandes estados-pequenos estados, constituem a negação da matriz do projecto europeu. Obviamente que os países não são todos iguais, mas a essência do projecto europeu é de que não há na construção europeia, nem ganhadores permanentes, nem perdedores permanentes. Isto é, que as regras não estão de tal modo definidas que elas só jogam em benefício de uns, e por definição, jogam sempre contra os interesses de outros. O que as fracturas vêm introduzir é essa perturbação, é esse imprevisto, em que alguns podem sentir-se permanentemente desconfortáveis e naturalmente isso pode conduzir à ruptura do projecto europeu.

As recentes notícias que nos chegam quer das eleições francesas, quer mesmo das eleições alemãs, permitem-nos ter a expectativa de que estão criadas as mínimas condições políticas para um novo fôlego para o projecto europeu e esse novo fôlego tem de partir de um sólido entendimento sobre o Futuro da Europa entre a França e a Alemanha. Não é suficiente? Não, não é! Já houve tempos em que era. Mas eu continuo a pensar, e nesse sentido ser considerado conservador, que para que a Europa tenha um futuro, é condição necessária que haja um sólido acordo franco-alemão. E que esse acordo depois tenha a suficiente flexibilidade para ser inclusivo pelos demais estados-membros da União Europeia.





O segundo requisito tem a ver com a legitimidade democrática do processo de integração europeia. Eu creio que temos de ser extremamente pragmáticos. Os tratados, o Tratado de Lisboa não será alterado a curto prazo. E as energias dos políticos, da sociedade civil devem ser canalizadas para trabalhar em tratado constante, para trabalhar no quadro do Tratado de Lisboa e otimizar aquilo que o Tratado de Lisboa permite, antes de partir para uma correria de revisão dos tratados, cujo resultado, na minha opinião, é neste momento altamente incerto. Onde é que está o problema essencial da legitimidade do projecto europeu? É que de alguma forma temos de ser humildes e reconhecer que quando o projecto europeu pressupõe a transferência de competências e de poderes do nível nacional para o nível europeu, os cidadãos têm em larga medida a percepção de que nessa transferência há uma perda de escrutínio e de responsabilidade democrática. Dito de outra forma. Que as instâncias europeias, mau grado as melhorias introduzidas no funcionamento da democracia a nível federal, a transferência de poderes se traduz numa perda de capacidade dos cidadãos decidirem sobre o seu destino colectivo. E por muito que se queira enropear esta transferência em linguagem tecnocrática e na tentativa de apresentar soluções como sendo as únicas tecnicamente viáveis, é preciso reconhecer que à medida que aprofundamos a integração europeia nesse sentido, vai fazendo falta a adesão dos cidadãos. Aquilo que o Prof. Adriano Moreira há pouco dizia “o exercício construído a partir



Dr. António Vitorino

das elites, consolidado num acordo entre elites, já não é suficiente para garantir o apoio e legitimidade democrática no conjunto das sociedades”. E é por isso que o populismo também medra. Porque depois é fácil aos populistas apresentarem a União Europeia como a fonte de todos os males. A estigmatização da Europa e a estigmatização dos imigrantes são hoje os dois pontos de fixação das correntes populistas que há pouco o Prof. Adriano Moreira tão bem sintetizou na definição dada por Miller. A questão da legitimidade não resolúvel apenas através do Parlamento

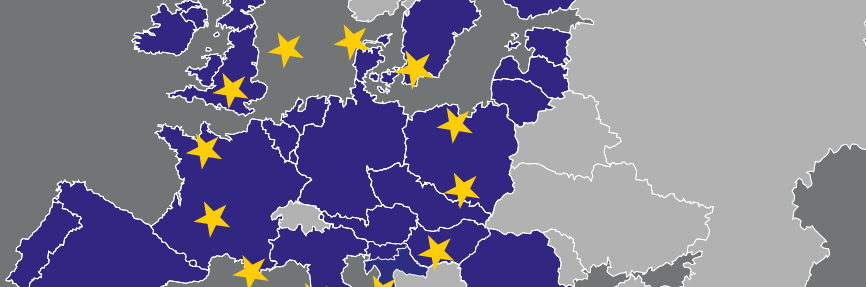


Dr. António Vitorino

Europeu. Isto é, o Parlamento Europeu é obviamente uma instância representativa, mas não esgota a questão da legitimidade e por isso o desafio coloca-se tanto no plano institucional, como no plano da sociedade civil. No plano institucional eu acho que, e permitam-me esta observação, sei que quer o Vitor Hugo que se encontra aqui presente, quer o Gonçalo [referência a Gonçalo Lobo Xavier, vice-presidente do CESE], quer Gabrielle Bischoff [referência à Presidente do Grupo Trabalhadores do CESE] vão provavelmente achar que eu estou a ser exagerado, mas lamentavelmente eu receio que, quer o Comité Económico e Social, quer o Comité das Regiões, têm estado muito aquém daquilo que podiam fazer para garantir a legitimidade democrática do projecto de integração europeia. Porque de alguma forma estas instâncias, mesmo que só consultivas, são captadas pelo small beltway of Brussels, pelo micro clima de Bruxelas, e o que elas têm de mais-valia a trazer é exactamente no sentido contrário. No sentido do entrosamento com a sociedade civil, com os sectores sociais e económicos mais activos a nível nacional. E interpelar os parlamentos nacionais, porque muito do défice democrático começa cá dentro, começa em cada país e começa nas insuficiências que os parlamentos nacionais dão provas de integrarem na sua agenda e na sua cultura política as questões europeias. Não há engenharia constitucional europeia que resolva o problema da legitimidade democrática se a questão não começar por ser tratada a nível de cada estado e das instituições políticas representativas de cada estado.

Terceira observação. Historicamente a União Europeia legitimou-se pelos resultados, isto é, a União Europeia historicamente demonstrou que era um projecto ganhador, que contribuía para dois objectivos fundamentais: o crescimento económico e o bem-estar social. E esta é a base do Contrato Social Europeu. Esta é a base da chamada economia social de mercado. Hoje eu receio que o discurso europeu, a narrativa europeia, seja muito mais uma





narrativa que se dirige aos ganhadores da globalização, e que não tem em devida conta aquilo que é o sentimento profundo dos que, com razão ou sem razão, e às vezes é sem razão, se consideram a si próprios como os perdedores da globalização. Isto é, a dificuldade que temos em fazer compreender que a União Europeia é a única plataforma possível de regulação da globalização e não aquilo que muitos cidadãos compreendem que a União Europeia é - o cavalo de Troia de uma globalização selvagem. E este dilema é um dilema fundamental, porque, e vou dar um exemplo da minha experiência pessoal. Quando eu era comissário europeu lançamos o projecto de abolir a tarifas de roaming nas comunicações por telemóvel. Bem, isto já foi há 15 anos. Há pouco tempo finalmente foram abolidas as tarifas de roaming. Para quem viveu esse processo por dentro é uma grande vitória, mas a pergunta que se impõe fazer é: Quantos cidadãos europeus beneficiam da abolição da tarifa de roaming? Bem, aqui nesta sala se calhar muitos, porque aqui estão muitos dos que viajam para outros países, e portanto poupam dinheiro. Mas a realidade para os quinhentos milhões de europeus, a questão do roaming é uma questão totalmente irrelevante e que não é creditada à União Europeia. É apenas algo que diz respeito a uma elite que se move e que beneficia da abolição da



tarifa de roaming. O desafio que se coloca, em meu entender, é como é que é possível que a Europa seja capaz de desenvolver uma estratégia que é apresentada aos seus cidadãos como sendo capaz de os proteger dos riscos ou dos imprevistos, como dizia o Prof. Adriano Moreira, sem se transformar num continente protecionista. Proteger sem ser protecionista. E nesse sentido os números são impressionantes. Na última década, a economia mundial cresceu em média 10 por cento. Nesse crescimento de 10 por cento, 6 por cento ficou a dever-se ao crescimento dos países emergentes, 2 por cento ficou a dever-se ao crescimento dos países desenvolvidos. Nestes 2 por cento dos países desenvolvidos, os E.U.A contribuíram, em média na década, com 2,5 por cento e a Europa contribuiu com 1,5 por

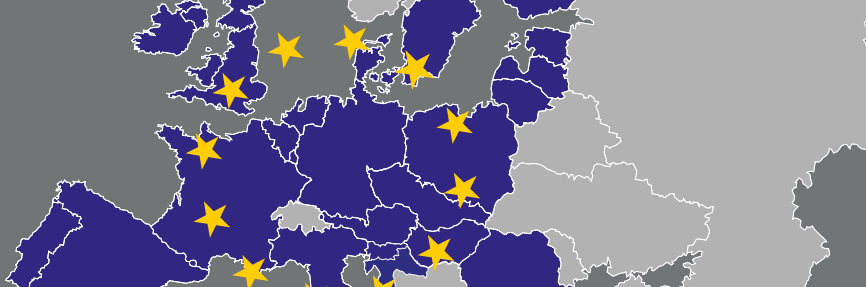
# O FUTURO DA EUROPA

cento. Parece-me relativamente evidente que se na próxima década a taxa de crescimento da União Europeia for aquela que foi na última década, tal crescimento económico não será suficiente para garantir a sustentabilidade do modelo de economia social de mercado em que assentamos. E portanto haverá que crescer no mínimo no plano europeu em torno dos 2 por cento para garantir as condições de desenvolvimento económico que sustentem a paz social, que é fundamental no projecto europeu. Na realidade, a Europa é o continente que tem maior nível de redistribuição social, cerca de 45 a 50 por cento do PIB é objeto de medidas de redistribuição social que são fundamentais para garantir a estabilidade social no continente europeu. Quais são os factores críticos para este crescimento económico? Eu elencaria quatro. O primeiro é a população. Reconheçamos que é o factor sobre o qual temos uma capacidade de intervir mais limitada. Nós temos um continente em declínio populacional. Somos hoje 7 por cento da população global, provavelmente em 2050 seremos menos de 6 por cento da população global, excluindo a variável da imigração, como variável de ajustamento que é muito complexa, que é imprevisível, que é um forte imprevisto e suscita problemas de integração social muito complexos. E que, por tanto, nunca se poderá



encarar a imigração como resposta ao problema do envelhecimento populacional. Há que reconhecer que as políticas de incentivo ao aumento da natalidade, nunca produzem resultados tangíveis em períodos menores que 25 anos. Portanto uma inversão de tendência acaba só por ter retorno num longo período de tempo.

O segundo factor crítico é o factor da produtividade. É importante ter consciência que no continente europeu, a produtividade total dos factores tem vindo a declinar continuamente. Passou de 1 por cento nos anos 2000 para 0,5 por cento, atualmente. E por tanto nós temos um problema de produtividade no nosso sistema produtivo instalado e é aqui que se joga a questão da concertação social. O problema da produtividade não é apenas um



problema de empresários. É um problema de empresários e de trabalhadores. E só há resposta ao problema da produtividade, à questão da quebra da produtividade, se houver um sólido e robusto sistema de concertação social. E isso é fundamental a nível nacional, mas também é fundamental a nível europeu. E há que reconhecer que na última década, o diálogo social europeu perdeu força e vigor. Até perdeu prioridade política nas instituições europeias. E portanto o desafio é: Como é possível reencontrar bases para relançar o diálogo europeu em larga medida centrado na questão da resposta ao declínio da produtividade.



Dr. António Vitorino

Em terceiro lugar temos a questão da inovação. É um factor crítico, o factor da inovação. E nesse sentido é um paradoxo europeu. Como eu disse nós representamos 7 por cento da população mundial e o contributo europeu para o produto científico global é na ordem dos 25 por cento. É um rácio apreciável se analisarmos a percentagem da população e o contributo para o progresso científico. Já não é assim, quando se trata de traduzir o produto científico em capacidade de produção empresarial. Aí a relação volta a inverte-se, isto é, países como os E.U.A, a Coreia e cada vez mais, a China, têm uma capacidade muito superior à Europa de traduzir a produção científica gerada em aplicações empresariais que, obviamente, se traduzem depois em crescimento económico e em retorno de rentabilidade. Nós temos um problema no nosso sistema científico. Como diz um amigo meu “The European Union is very good in making science with money, not on making money with science”. E este paradoxo tem de ser resolvido.

O quarto e último factor tem a ver com a questão do funcionamento do modelo económico europeu, que se joga em larga medida com a investigação e o desenvolvimento aplicado. Portanto da capacidade de empresariação, da qualificação e do produto científico gerado. De inovar para uma economia global. Em segundo lugar a adopção de



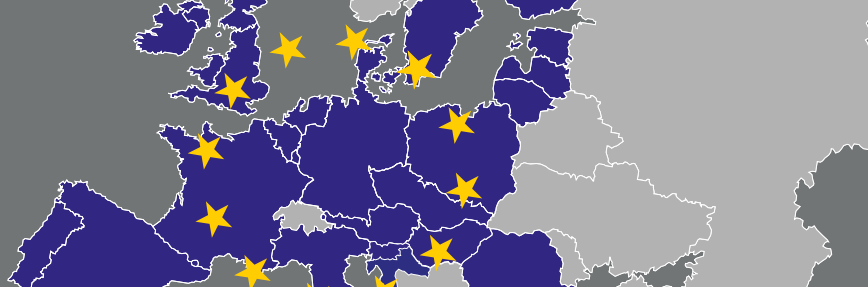
# O FUTURO DA EUROPA

um conjunto de reformas que são essenciais para a melhoria do crescimento económico. Desde logo, completar o mercado interno. O mercado interno europeu hoje em dia, está concretizado a 80 por cento no plano das mercadorias e apenas a 40 por cento no plano dos serviços. Os serviços hoje são responsáveis por dois terços do emprego. A grande diferença daqueles 1,5 por cento de crescimento económico europeu e 2,5 por cento de crescimento económico americano tem a ver com o facto de nos E.U.A haver uma integração do mercado dos serviços substancialmente superior à integração do mercado dos serviços na União Europeia. Mas claro, o mercado dos serviços é um mercado mais complexo de integrar e suscita reacções completamente diferentes.

Portanto a reforma do mercado interno e, em meu entender fundamental para garantir o futuro do projecto europeu, completar a reforma da União Económica e Monetária. Na realidade, eu acho que a chanceler Merkel tem razão, se o Euro falhar é o projecto europeu que está posto em causa. Portanto mesmo para aqueles países que não estão na Zona Euro, é absolutamente prioritário completar o projeto da reforma da União Económica e Monetária e garantir que o pilar monetário é completado por um pilar económico e, que esse pilar económico também tem uma dimensão social. Maior integração significa maior partilha de riscos, significa ao mesmo tempo um maior controlo democrático sobre a coordenação das políticas económicas europeias. E esta agenda, é uma agenda sobre a qual é imprescindível que exista um sólido acordo franco-alemão. Sem um acordo franco-alemão sobre a reforma da União Económica e Monetária dificilmente se poderá dizer que o Euro esteja preparado para resistir à próxima crise, e como dizia o Professor Adriano Moreira, muito provavelmente o imprevisto espera uma oportunidade e o imprevisto chama-se crise.

Muito obrigado!





**GABRIELE BISCHOFF**

Presidente do Grupo de Trabalhadores do CESE

Penso ser importante após estas duas intervenções, podermos olhar para trás e termos a consciência que a Europa está integrada num espaço mundial e que quando temos este debate sobre o Futuro da Europa, não nos concentremos apenas nas questões do momento e em nós próprios enquanto 28 Estados-Membro, ou futuramente 27 Estados-Membro.

E queria também incorporar mais um comentário na minha apresentação, por o considerar extremamente importante e que nos aponta um caminho para a solução, nomeadamente a questão de que este conceito dos Estados Nacionais, é historicamente um conceito muito recente e que isto é importante para o debate que estamos a ter, porque quando olhamos para a Europa constatamos que, desde o início da crise assistimos a uma renacionalização muito forte. Isto significa que estamos perante um desenvolvimento em que aquilo que é o comum recua, e que cada Estado-Membro analisa quais são as vantagens que pode tirar da União Europeia, mas onde a visão sobre o comum e tudo aquilo que devemos fazer em conjunto para isto funcione não seja secundarizado.

Estou completamente convencida, e por isso também o disse ao Presidente da Comissão Europeia, que a Europa só pode ser salva através das questões sociais. Quando analisamos a política praticada nos últimos anos de crise, e estar aqui a contar a vós portugueses estas situações, é quase como estar a trazer gelo para o Pólo Norte. A problemática é que a política está ser feita praticamente por contabilistas e economistas. Naturalmente que os contabilistas e os economistas desempenham um papel importante, no entanto, geralmente, não olham para as consequências sociais, e em especial para as consequências políticas de certas abordagens.

O estamos a assistir é que a Europa está impregnada por uma rejeição social, que temos através das políticas de austeridade e, também a uma rejeição política.

A Comissão Europeia, por isso, também disse que temos de voltar a colocar os direitos sociais no centro do debate, o que durante anos não foi feito. Por isso, é bom que este debate sobre o Futuro da Europa, através do documento que o Juncker fez, seja um documento de reflexão sobre a dimensão social da Europa, e simultaneamente um documento de reflexão sobre a globalização, o aprofundamento da União Política e Monetária e também sobre as finanças, porque tudo isto está ligado no essencial e, para que ao futuro da Europa seja apresentada uma solução que congrege todos estes aspetos.

# O FUTURO DA EUROPA

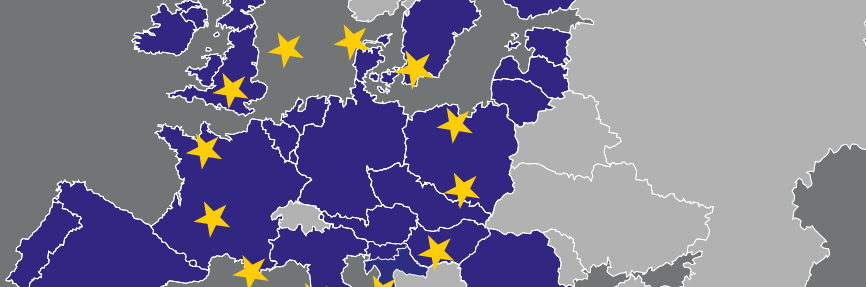
Já o Professor Adriano Moreira disse que historicamente o contexto já foi redefinido e que Europa está diante de grandes mudanças de contexto, e que em parte já estamos no meio delas, e cujos motores de transformação são a digitalização e globalização, assim como os desenvolvimentos demográficos, as alterações nas nossas sociedades, bem como a europeização. Por isso é importante que sejam encontradas respostas a todas estas questões.

A Comissão Europeia apresentou agora uma proposta para um Pilar de Direitos Sociais e, nós enquanto parceiro económico e social europeu posicionamo-nos unanimemente de forma positiva relativamente a este Pilar. Dissemos que o Futuro da Europa não depende apenas das respostas institucionais encontradas. Os políticos europeus gostam muito de discutir os desafios institucionais, no entanto é importante que na situação em que a Europa se encontra, sejam postos em marcha um ou dois projetos importantes que cheguem diretamente às pessoas. E lembrar que a promessa de Europa que nos foi feita, não apenas a de fazer um mercado interno, mas sim uma promessa de



bem-estar das pessoas e de melhoria das condições de vida e de trabalho e que é fundamental apresentar projetos concretos e que não basta enunciar princípios. Olhamos para a proposta com um abre-portas para o restabelecimento de uma Europa Social, mas é preciso que haja mais qualquer coisa. Quando analisamos os motores, o tema central é para nós dar início a um novo projeto que configure o futuro do trabalho, porque vemos que as pessoas têm medo. Há imensos estudos que analisam quantos postos de trabalho serão destruídos, talvez alguns serão criados e as pessoas querem ter a confiança que podem desenhar esse futuro. É nesse aspeto que a Europa consegue obter melhores resultados que os Estados nacionais. Como por exemplo, a nossa tomada de posição relativamente





aos trabalhadores das plataformas digitais, sobre as quais nos debruçamos, e onde as pessoas oferecem a sua capacidade de trabalho e não são considerados como empregados por conta de outrem e agem a nível europeu e até mundial.

Este tipo de trabalho não é possível de ser regulado a nível nacional, portanto é importante que se avance com um projeto positivo e é isso que esperamos que aconteça na sequência destes debates sobre o Futuro da Europa e o Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Mas tenho de contra-argumentar o Dr. António Vitorino quando se referiu aos resultados do Comité das Regiões, bem como do Comité Económico e Social, onde disse que o nosso ponto de vista seria diferente. Nós partilhamos da opinião que também nós temos de alterar os nossos métodos de trabalho e que já começamos a fazê-lo. Se quisermos dar um futuro à Europa não podemos deixar o debate aos populistas, mas temos de ir de encontro aos Estados-Membros, ir às empresas, às comunidades, às autarquias e temos de discutir com as pessoas.

Fizemos isso quando fomos aos 28 Estados-Membro e assumimos a responsabilidade de discutir no local com as pessoas, quais os desafios das migrações, quais as soluções, e fizemos o mesmo relativamente ao Pilar dos Direitos Sociais. Juntamos mais 1800 multiplicadores em todos os países para discutir. Porque uma coisa é evidente,

# O FUTURO DA EUROPA

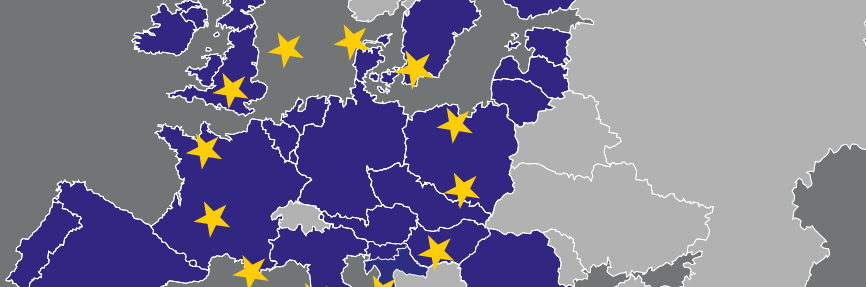
o futuro da Europa não depende apenas do que fazem os Governos, do que sugere a Ciência, mas sim que todos assumam a suas responsabilidades, os sindicatos bem com as organizações patronais e a sociedade civil e para isso estamos preparados e também oferecemos recursos para que isto aconteça.

Também aqui o diálogo social terá um papel preponderante porque sem uma capacidade de ação comum dos parceiros sociais não pode haver uma estabilização, como mencionou o Dr. Vitorino da União Económica e Monetária, porque a questão dos salários e do desenvolvimento dos acordos coletivos é central para esta estabilização e é importante, portanto, que se dê um grande passo em frente para que isto resulte, porque caso não resulte, serão os trabalhadores a pagar o preço e mais ninguém, visto que o capital não é apenas muito variável como também é muito volátil e poderá ir para outro lado, enquanto que os trabalhadores não o podem fazer. Por isso é importante termos interesse não apenas em discutir estabilização da União Económica e Monetária, mas também da Europa.



Gabriele Bischoff, Presidente do Grupo de Trabalhadores do CESE





**ERICH FOGLAR**

Presidente da ÖGB

Antes de mais, muito obrigado pelo convite para este belo evento e permitam-me ainda, apesar de com algum atraso, congratular o Secretário-geral da UGT e à sua equipa pela sua espantosa reeleição. Estamos muito felizes por sermos hoje os convidados da UGT para discutir este tema. Penso que já foi dito muita coisa de relevo, portanto queria também deixar alguns comentários e pensamentos sobre a intervenção do Prof. Adriano Moreira.

Se queremos dar ou deixar uma oportunidade ao imprevisível, é preciso ter em conta as duas faces dessa hipótese. Se há 10 anos tivéssemos discutido que um grande estado-membro saísse da União Europeia, provavelmente não teríamos acreditado e considerávamos isto imprevisível e por isso tenho dúvidas que teríamos dado sequer a hipótese dessa situação acontecer.

O projeto da Europa tem agora 72 anos. Começou com a Comunidade do Aço e do Carvão, e quando olhamos quantas gerações já nasceram e fazem parte desta Europa, nomeadamente os mais jovens, temos de nos lembrar que muitos deles, devido à elevada taxa de desemprego, não têm nenhuma oportunidade em muitos dos países, ou até nasceram numa altura, onde por exemplo, a própria Áustria ainda não fazia parte da União Europeia.

Naturalmente que este é um dos maiores projetos de paz, mas há gerações que felizmente não conhecem outra situação que não seja a paz, com algumas exceções fora da união, nomeadamente no Balcãs e a sua problemática do início dos anos 90.

Penso que quando falamos dum projeto, definimos esse projeto com um objetivo claro, isto é um começo, um fim, um orçamento e ideias claras. Penso que o que há de positivo é que temos uma missão permanente e eterna de desenvolver de forma positiva a União Europeia.

E quando discutimos hoje o Futuro da Europa, penso que nos devemos questionar sobre qual é a finalidade deste projeto. Será o de criar os Estados Unidos da Europa ou algo parecido? Será o de, como muitas pessoas defendem, ter uma super-área de comércio livre, como o defendem e fomentam muitos populistas? Portanto, penso que em alguns aspetos os desafios são aqueles já enunciados pela Gabriele Bischoff e aos quais não tenho nada a acrescentar, a não ser as questões das mudanças climáticas e das migrações e a redistribuição justa da riqueza. Estes não são apenas grandes desafios, mas também motores de certos desenvolvimentos, com os quais nos confrontamos.

Tendo em conta o curto tempo de intervenção, queria apenas focar-me em alguns aspetos. Oferecer às pessoas

# O FUTURO DA EUROPA

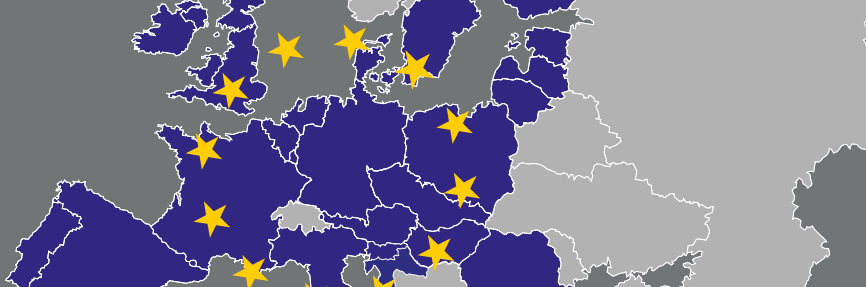


Erich Foglar, Presidente da ÓGB

um futuro melhor, uma vida melhor, mais oportunidades, bem-estar, paz, prosperidade, é o princípio base da União assente nos valores da paz, da liberdade, da democracia, dos direitos humanos e tudo aquilo que para nós é evidente.

Tivemos numa fase onde todos estes valores estiveram muito no cerne da questão e no final de contas foram os motores. Tivemos uma fase que começou em 1992, onde se iniciou a União Económica e Monetária, onde cada vez mais apenas os temas económicos estiveram na primeira linha. Onde a integração do mercado, as questões do mercado interno, começaram a ser pautadas por uma visão assente apenas nos argumentos económicos, a liberalização, a desregulação, as vantagens económicas. Principalmente numa fase a partir do ano 2000, os aspetos sociais foram ficando para segunda linha. Isto está ligado também a uma alargamento a grande velocidade da União, porque o próprio aprofundamento do mercado também começou a ficar para trás, visto que o que se pretendia era, por razões específicas, alargar o mais rapidamente possível a União Europeia. Tivemos os maiores passos de alargamento em 1995 e 2004 e, esta situação colocou enormes desafios, e ainda coloca, à União Europeia.

Para chegarmos ao ponto central, se constatarmos o que mais toca às pessoas no seu dia-a-dia, aquilo que mais toca aos trabalhadores, aos empregados, aos funcionários, é o que presenciam todos os dias no seu local de trabalho, ao seu redor, no seu meio ambiente. E no fundo, isto é o preponderante para definir a forma como olham para a União Europeia e é um terreno fértil para os populistas recolherem pessoas desiludidas com falsos objetivos, apenas para atingirem os seus próprios objetivos políticos. Isto foi ao que assistimos consecutivamente, de país em país nos últimos anos. Porquê? Porque a questão da redistribuição foi ficando para trás. Naturalmente que ganhámos com a globalização. A questão é como redistribuir os ganhos da globalização em cada país. Naturalmente que cada alteração traz um resultado. De um lado, os vencedores, do outro lado, os perdedores. No entanto o sucesso não medido pelo rejúbilo dos vencedores, mas pelo que fazemos para ajudar os perdedores. Quando muitas pessoas



elegeram nos E.U.A, Donald Trump, porque pensaram que seriam reativadas as velhas indústrias de aço e de carvão, então estarão prestes a enfrentar uma das suas maiores desilusões.

Nós não devemos de forma ligeira julgar essa atitude, porque foi a falta de esperança das pessoas que as levou a este resultado. E se olharmos para a Europa, existem em todos os países regiões onde existem esses perdedores. E com cada reforma, com cada alargamento, temos, por um lado o grupo dos perdedores que vai crescendo. E a questão que nos devemos colocar é se por outro lado o grupo dos vencedores está a reduzir ou a aumentar. Isto é um dos maiores desafios políticos dos países-membros da União. O ponto decisivo é que criamos com os acordos europeus e com as quatro liberdades, uma religião dentro desses acordos e no próprio espírito da União. São liberdades económicas, são liberdades dos cidadãos e das cidadãs. Mas a prática diária, sejam eles empregadores ou trabalhadores, é a de usar estas liberdades para a prática de dumping social, num modelo de negócio assente no dumping salarial, social e fiscal. Isto foi o que literalmente explodiu nos últimos 10-15 anos e isto não pode ser a base sobre a qual construímos o futuro da União Europeia.

Por isso achamos, e porque não quero retirar todos os argumentos ao meu amigo Karl-Petter, que se não conseguirmos tratar nos acordos europeus da mesma maneira, os direitos sociais e as quatro liberdades, então falta uma base fundamental do Pilar dos Direitos Sociais proposto por Juncker. Isto é, como construir uma casa pelo telhado. Não pode haver uma Europa Social, sem que os direitos sociais sejam equiparados nos acordos às quatro liberdades económicas.

Muito obrigado!



# O FUTURO DA EUROPA



**KARL-PETTER THORWALDSSON**

Presidente da LO-SWEDEN

Muito Obrigado.

Claro que não é fácil quando nos sentimos perdidos. Vou tentar dizer alguma coisa original. Em primeiro lugar, obrigado Carlos Silva por organizar esta tarde fantástica. Sentimo-nos muito humildes quando estamos no mesmo painel que uma pessoa que foi Ministro três anos antes de termos nascido. Sentimo-nos muito humildes com esse facto e é mesmo agradável para mim estar aqui. Venho da Suécia que, como sabem, é um país quase do mesmo tamanho que Portugal, somos melhores a esquiar e piores a jogar futebol, mas tentaremos chegar ao vosso nível.

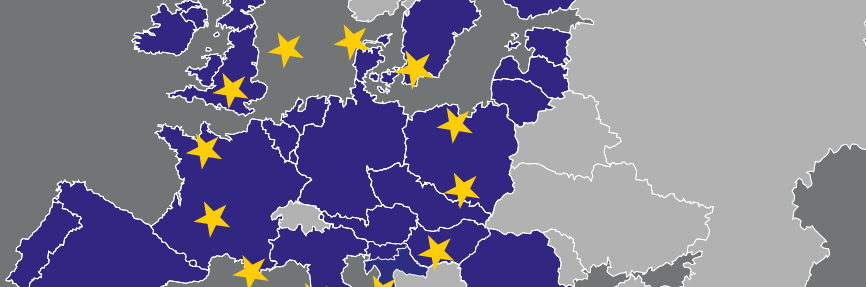
Ambos os países têm governos social-democratas que tentam melhorar a vida das pessoas comuns. Ambos estão a ter um bom desenvolvimento económico, temos um crescimento muito elevado na Suécia, empresas muito competitivas e temos Acordos Coletivos de Trabalho que abrangem cerca de 91 por cento dos trabalhadores, temos salários justos, temos tido crescimento real do rendimento nos últimos 20 anos, mais de 50 por cento para trabalhadores em geral, daí que os trabalhadores estejam em melhores condições. Temos neste momento a taxa de emprego mais elevada alguma vez conseguida na União Europeia: Mais de 82 por cento da população adulta na Suécia vai trabalhar todos os dias, tanto homens como mulheres e o crescimento de pouco menos de 4 por cento.

Portanto, competimos com Portugal em todos os aspectos. Mas estamos a viver no paraíso, na Suécia? Não! 45 por cento de toda a população na Suécia considera que o país está a caminhar na direção errada. 45 por cento da população na Suécia, cidadãos suecos, considera que a direção tomada é errada. Exactamente os mesmos números nos E.U.A, exactamente os mesmos números no Reino Unido, antes do Brexit, ou na Áustria; temos esta visão negativa do futuro em todo o lado.

Então, o que aconteceu? Na verdade, é um falhanço por parte dos sindicatos. Em todo o lado. Perdemos uma grande batalha com as empresas, os neoliberais, há 30 anos atrás, que focaram tudo, todo o crescimento, tudo o que é positivo, nos mais ricos. E conhecemos os números nos E.U.A, onde quase 90 por cento de todo o crescimento foi para os 10 por cento da população mais rica e na Europa há também muitos casos que vão na mesma direção.

Na Suécia, embora tenhamos números fantásticos com emprego elevado, bom crescimento, baixo desemprego, continuamos a ter muitas pessoas que pensam que estamos a fazer algo errado. É aqui que precisamos da Europa,





porque muitos consideram que a Europa é a razão pela qual as suas vidas estão a piorar. Sentem que estão a competir com trabalhadores que auferem menores salários, vindos de outros países, sentem que podem perder os seus empregos, porque as pessoas estão a vir para os nossos países e trabalham por, digamos, 50 por cento menos do valor dos acordos coletivos no nosso país. Precisamos de uma Europa mais justa e equilibrada, de forma que todos os cidadãos possam ter uma proporção do lucro, do crescimento, das coisas positivas que podemos fazer na Europa, no futuro.



E esta é a razão pela qual na Alemanha e também na Suécia temos uma pequena sugestão para a Europa. Pretendemos que seja feita uma pequena alteração ao Tratado. Não é nada muito significativo, é apenas uma pequena alteração, apenas uma frase que diga: a liberdade dos trabalhadores não deve ser menos importante do que a liberdade de circulação, porque é isto que temos estado a perder no Tribunal Europeu. É uma pequena diferença, para que possamos todos lutar pelos direitos dos nossos membros, todos os dias no local de trabalho. E obviamente necessitamos de muitos trabalhadores de outros países, que tenham os mesmos direitos e os mesmos salários, para que possamos competir nos mesmos moldes.

Então, estará a União Europeia a fazer o que é mais correcto? Na verdade, penso que sim! Estou optimista. Após o Brexit, o ano passado, penso que a União Europeia está a fazer a maioria das coisas bem. Pensem apenas que este mês podem vir a concordar com um novo Pilar Social, dia 22 deste mês talvez venham a acordar um Pilar Social e esperemos que o venham a assinar no próximo mês, em Gotemburgo. Esperemos que sim, será uma reunião maravilhosa em Gotemburgo se todos os membros assinarem o Pilar Social.

Penso que neste momento se estão a focar no mais correcto. Penso que o presidente Juncker está a pensar da melhor forma. Concordo com o Erick que o seu discurso, nos últimos meses, é mais positivo para as pessoas comuns do que acontecia no ano anterior. Penso que o projecto Europeu recomeçou, após o grande problema de 2016. Após

# O FUTURO DA EUROPA

o Brexit estão a ser feitas coisas mais positivas.

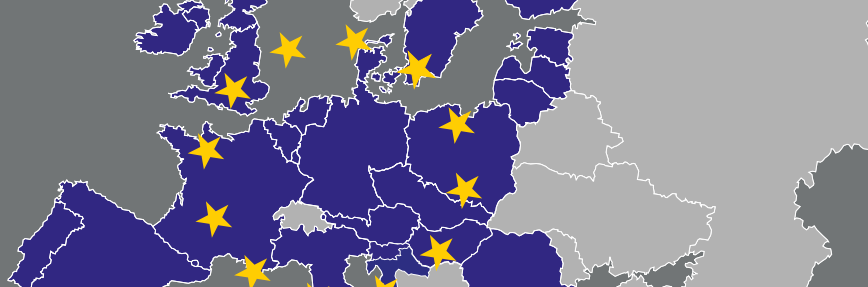
Portanto, uma das grandes questões relativamente ao futuro é, claro, como reforçar a Zona Euro. Enquanto país que está fora da Zona Euro, esta é uma questão que não podemos decidir, tem que ser decidida entre os países da União Europeia. Mas é uma matéria que foi muito discutida no seio dos países que se encontram fora da Zona Euro e concordamos com medidas que reforcem a moeda no futuro. Não seremos um obstáculo para uma maior integração na Zona Euro. Apesar de termos decidido ficar fora da Zona Euro, é também importante para nós que esta funcione da melhor forma. Daí que percebamos que esta seja uma matéria em discussão na União Monetária, como o Ministério Europeu de Finanças, Fundos Comuns, necessitamos de tudo isto para melhorarmos a moeda no futuro. Os países fora da Zona Euro não criarão barreiras a estas medidas. Na verdade, como a Inglaterra saiu, a Suécia passa a ser a maior economia fora da Zona Euro, pelo que penso que podemos ter um papel muito importante no futuro.

Um comentário final: O que acontecerá nos próximos anos? Acho que podemos ver dois desenvolvimentos. Um é uma ainda maior fragmentação do Parlamento nos nossos países. Na Áustria, há agora uma votação que não está bem encaminhada, com uma grande proporção de votos na extrema-direita. No próximo Outono teremos eleições na Suécia, em que as previsões são bastante negativas, com cerca de 15 por cento dos votos para o partido neofascista. Portanto o problema não está resolvido. Precisamos de nos focar a nível europeu, nos países, de forma a podermos dar aos cidadãos mais esperança para o futuro. Acho que a chave para uma melhor União Europeia está em dar esperança às pessoas.

Muito obrigado.



Karl-Petter Thorwaldsson, Presidente da LO-SWEDEN



## ANA PAULA ZACARIAS

Secretária de Estado dos Assuntos Europeus

Muito obrigado a todos,

Em primeiro lugar, os meus agradecimentos à UGT por este convite.

Mas queria dizer-vos do privilégio de estar aqui convosco esta tarde, com um auditório tão distinto, tão diversificado, tão interessante e na presença de pessoas que tanto admiro como o Professor Adriano Moreira ou o Dr. António Vitorino. Muito obrigada por este convite.

Imagino que já muito se disse sobre a Europa que existe, a Europa que se quer, o Futuro da Europa. Estamos neste momento numa era de discursos. Temos o discurso do Presidente Juncker, temos o discurso do Presidente Macron, temos o discurso do Presidente Tusk, temos o discurso da Sra. May, temos o discurso do nosso Primeiro-Ministro em Bruges, falta o discurso da Sra. Merkel, que virá em breve, imaginamos.

São discursos eloquentes e são discursos que querem fazer a refundação da Europa. São discursos que apelam aos valores, que apelam à necessidade de mudar, que apelam à necessidade de compreensão de uma narrativa europeia. São discursos que nós chamamos de heart beats, são discursos de coração. Para que esses discursos se tornem uma realidade é preciso agora chegar aos cidadãos. É preciso chegar às coisas concretas, é preciso que esses discursos se articulem com aquilo que as pessoas querem, com aquilo que as pessoas precisam. É preciso chegar a projectos concretos na agenda digital, na agenda do trabalho, na agenda social, na agenda económica. São precisos gigabytes. São precisos heart beats e gigabytes para a Europa. E tudo isto num espaço de 20 meses. Temos 20 meses para fazer tudo isto. Um espaço de tempo que vai desde agora até março de 2019 quando teremos um novo Parlamento Europeu, quando teremos uma nova Comissão. Seremos capazes de fazer? Vai ser um trabalho super intenso, vai ser necessário dar respostas as estes enormes desafios que temos pela frente. Temos tempos de ambição e tempos de resposta. E esta é uma das ideias subjacente a todo este debate, é que estas respostas têm de ser dadas às preocupações dos cidadãos. E para que elas deem resposta, temos de ouvir os cidadãos. E o que se faz aqui hoje é fundamental, é este processo de reflexão com os cidadãos. E tudo isto tem de ser feito, como disse o Sr. Primeiro-ministro no seu discurso em Bruges, evitando quatro grandes tentações. A primeira, é começar com uma enorme



# O FUTURO DA EUROPA



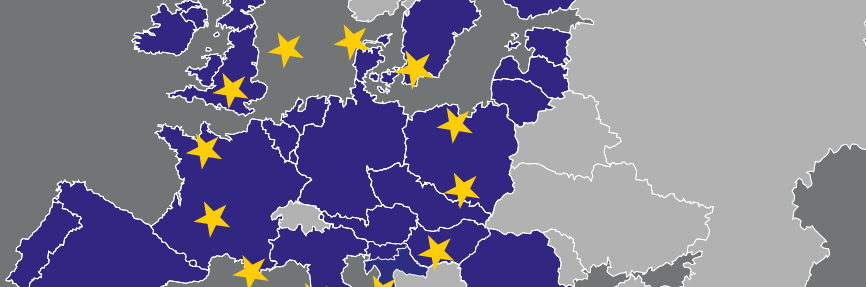
Ana Paula Zacarias, Secretária de Estado dos Assuntos Europeus

revisão de tratados, que as pessoas não compreenderão, ou dificilmente entenderão. Que vamos agora reformar o tratado porque é preciso para integrar novas ideias ou novas políticas. Isso levar-nos-ia a um longo percurso marcado, sobretudo por muitos referendos. Portanto vamos ver se o Tratado de Lisboa tem aqui a flexibilidade necessária para permitir estes ajustes.

Segundo, evitar um grande debate institucional. Para o cidadão europeu provavelmente a ideia de ter um Ministro das Finanças europeu é um tema interessante e importante. Agora, já saber se ele deve ser um comissário e também o presidente do Eurogrupo, se é um presidente, se é um ministro do tesouro e das finanças, se é um ministro das finanças e da economia. Quiçá isso, são aspectos que respondem tanto à necessidade que o cidadão tem de ter numa resposta mais concreta.

Outros aspectos que também talvez devêssemos evitar é criar esta ideia de que a Europa está totalmente dividida entre norte e sul, este e oeste, e que não nos entendemos. Esta é uma realidade complexa. Todos têm visões diferentes e portanto temos de encontrar respostas complexas para isto. Não podemos buscar apenas a ideia de que há aqui um consenso, uma linha de consenso. Sem dúvida, ela tem de existir, mas temos de perceber o que é que estes grupos querem, o que é que se entende pelo Futuro da Europa nestas várias dimensões geográficas e encontrar soluções que sejam flexíveis, que sejam geometrias variáveis, que sejam velocidades variáveis, que nos permitam encontrar uma solução complexa, seguramente, mas que atenda a todos.





E finalmente outra tentação, que aparece muitas vezes, que é andar para a frente muito rapidamente, com muitos desafios e deixar para trás o que está aí. Nós precisamos de consolidar aquilo que temos, porque senão dificilmente conseguiremos alcançar respostas para os outros desafios. Certo é que temos de responder ao problema das migrações, não podemos deixar para trás a questão do terrorismo, não podemos de deixar de responder às questões de segurança e defesa. Obviamente que não, mas também não podemos deixar para trás outras políticas que necessitam de ser consolidadas. Seja a política de coesão, seja a política agrícola comum, ou sejam, a construção e o aprofundamento da União Económica e Monetária. E aqui começam as coisas a tornarem-se um pouco mais específicas. Eu diria que para Portugal, esta ideia do aprofundamento da União Económica e Monetária é extremamente importante, mas não é apenas um debate economicista, pelo contrário, precisamos que a vertente social seja um destes eixos da União Económica e Monetária. Que haja, por exemplo, neste quadro a criação de um regime de seguro europeu contra o desemprego, que apoie, a curto prazo, programas nacionais, no caso das crises, que depois têm um carácter social inegável. O reforço da dimensão social na agenda da União Europeia é sim para Portugal um tema prioritário.

Uma Europa Social, uma União baseada no crescimento sustentável que fomente o progresso económico e social, mas também, a coesão e a convergência. Aquilo que o nosso Primeiro-ministro falou, em criar uma década da convergência. Uma década da convergência entre estados-membros, mas também uma década da convergência aqui, dentro da nossa própria casa. Para criar assim um futuro melhor para Portugal, mas também para a União Europeia, porque só desta forma se poderão fazer face aos desafios da globalização. E a União Europeia tem de recuperar esta confiança perdida durante a crise. Por isso, acreditamos que neste quadro de refundação ou neste quadro de debate sobre o Futuro da Europa, o pilar europeu dos Direitos Sociais reveste-se de particular importância. Esta é uma iniciativa da Comissão apoiada pelo Presidente Juncker e este Pilar assenta em vinte princípios-chave que garantem o funcionamento mais justo e mais eficaz dos mercados de trabalho e dos sistemas de protecção social. Os princípios e os direitos consagrados neste pilar que está em debate estão estruturados em três categorias: igualdade de oportunidades e de acesso ao mercado de trabalho, condições de trabalho justas e protecção e inclusão social. E aqui também se inclui a criação de uma nova Autoridade Europeia para o Mercado de Trabalho que pode ser uma iniciativa interessante. Portanto este Pilar Europeu dos Direitos Sociais poderá ser um motor necessário para a concretização desta dimensão social e para um reforço do modelo social europeu. Se a Europa nova, há-se ser Europa e há-se ser nova, ela tem de ter em conta o modelo social europeu. E para reforçar este modelo social europeu, há que adaptar, rever, actualizar o acqui social da União, numa solidariedade reforçada entre os estados-membros e no aprofundamento desta coesão económica, social e territorial.

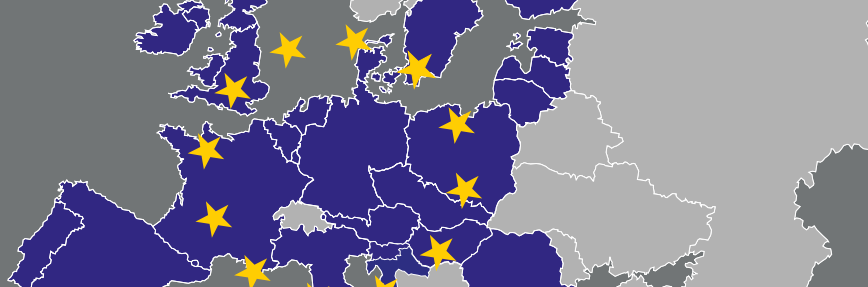
Os desafios consistem assim, em garantir o acesso ao mercado de trabalho, o investimento na educação e

formação ao longo da vida, a correcção das desigualdades sociais e económicas, a garantia de condições de trabalho dignas, o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, o tempo de trabalho razoável e o reforço da igualdade de género no mercado de trabalho. E outro aspecto essencial é, por exemplo, o de promover a convergência digital, fazendo com que ninguém fique para trás.

E ao dizer isto, é preciso que este Pilar Social vá além de uma mera declaração de intenções e se traduza em instrumentos concretos, quer ao nível legislativo, quer ao nível de instrumentos financeiros e de governação, tirando o melhor partido do Fundo Social Europeu, do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização e do Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas. Estes mecanismos necessitam e exigem diálogo social e também uma articulação com o sistema de reforma nacionais e o Semestre Europeu.



Para a concretização deste Pilar já foram lançadas pela União Europeia um conjunto de propostas legislativas e não-legislativas, entre as quais se destaca a proposta de Directiva relativa à Conciliação da Vida Profissional e Privada de Pais e Cuidadores. Esta iniciativa visa definir um conjunto de normas mínimas no que respeita a licenças parentais, licença de paternidade e licença de cuidadores. Outra área, que é também crucial para nós é a do emprego juvenil. Para o efeito devem ser activados os instrumentos adequados à iniciativa do emprego dos jovens para fazer face a empregos de baixa qualidade e ao trabalho precário. É imperioso combater a segmentação do mercado de trabalho. No tempo de crise, todos sabemos, agudizou-se esta realidade do trabalho precário para jovens, que com o tempo se vai tornando de novo normal. A ideia de o trabalho dos jovens ser, não só, um trabalho no qual eles se sintam realizados, mas também que seja sobretudo um trabalho de qualidade e um trabalho que não leve à precariedade.



Importa pois encontrar um melhor elemento e um maior equilíbrio entre os elementos sociais e económicos no quadro da União Europeia, que evite a subordinação dos direitos sociais as escolhas puramente orientadas para o mercado. Este deverá ser, em nosso entender, a resposta a dar ao documento de reflexão da Comissão Europeia sobre o Futuro da Europa Social. Importa garantir que não existirá um recuo no processo de integração, num domínio onde é essencial continuar a promover a convergência entre os estados-membros. E para isso é preciso, volto a dizer, a participação de todos neste debate. Estados-membros, cidadãos, parceiros sociais, parlamento, partidos. Só assim se poderá construir este Futuro da União Europeia e esta melhor e mais assertiva, dimensão social da Europa.

Esperamos que esta Cimeira Social de Gothenburg, que vai ter lugar em dia 17 de Novembro, seja o palco para uma proclamação oficial do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e um evento marcante para a discussão do futuro da dimensão social e identificação de medidas que contribuam para a consolidação deste Pilar Social.

Isto é importante para garantir, num ambiente internacional altamente competitivo, que não há a chamada *race to the bottom*, onde não há uma subordinação dos direitos sociais a escolhas puramente orientadas para o mercado. O nosso objectivo tem de ser a garantia de um quadro político da União Europeia mais social, que assegure, por sua vez, aos cidadãos um equilíbrio entre os elementos sociais e económicos. O futuro da União Europeia passa por dizer SIM à Europa das Pessoas.

Muito Obrigado!



Ana Paula Zacarias, Secretária de Estado dos Assuntos Europeus



# O FUTURO DA EUROPA



LUCINDA DÂMASO

Presidente da UGT

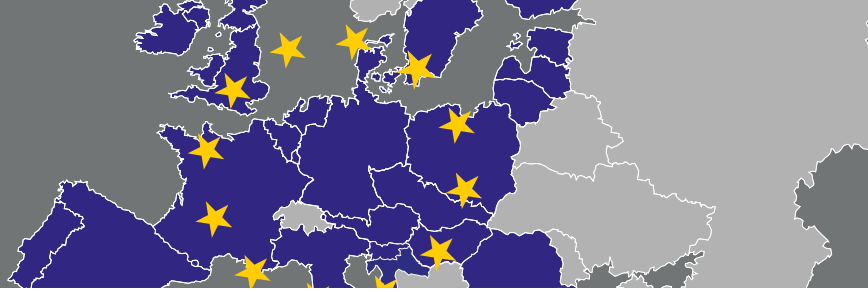
Começo por cumprimentar e saudar e, ao mesmo tempo, agradecer a presença da Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Zacarias. Bem-haja por estar connosco nesta sessão de encerramento de uma temática tão importante para todos nós, UGT, mas também para todos os portugueses.

E de uma forma muito breve eu peço que todos se sintam cumprimentados, no cumprimento que dirigi à Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado.

Mas não posso deixar de dizer com alguma emoção que ao ter visto esta sala tão completa e ao ter visto convidados oriundos de organizações tão diversificadas, desde organizações empresariais, a embaixadas, a outras organizações sindicais, a deputados de diferentes quadrantes político-partidários da Assembleia da República, dizer-vos o quanto me apraz afirmar que a UGT é uma organização aberta que não se fecha em si própria, sempre disponível ao diálogo, sempre disponível a ouvir, a dialogar com quem quer juntamente connosco fazer parte da solução dos problemas que enfrentamos. E este problema da Europa e o seu futuro é efectivamente um problema que a todos nós afecta.

E agradecer de uma forma muito sentida aos nossos oradores. Ao Prof. Adriano Moreira e ao Dr. António Vitorino pela lição que nos deram pela reflexão que nos obrigaram a fazer, pela revisitação que fizeram na História do que foi o caminho da União Europeia e que, a partir de agora nos dão uma responsabilidade muito forte, porque todos e cada um de nós temos de estar prevenidos e temos de estar preparados para enfrentar o futuro da Europa e para contribuímos para um futuro da Europa diferente.

A Europa que temos, não é a Europa que precisamos e não é a Europa que queremos. A Europa que nós queremos é uma Europa solidária, uma Europa social, sem fronteiras, é uma Europa que esteja aberta àqueles que mais precisam. Dizemos que depois de sabermos a Europa que temos, depois de saber que mudanças precisamos



de fazer, nós estamos todos convidados para trabalhar para que o projecto europeu se cumpra. E o projecto europeu só se vai cumprir se todos nós quisermos, e nós queremos e vamos ser capazes de o fazer. Temos de acreditar que todos juntos seremos capazes de construir uma Europa diferente. E como dizia o Dr. António Vitorino precisamos de começar cá dentro, precisamos de contribuir para que o nosso País faça um esforço muito grande para ser um País competitivo, para ser um País de crescimento e que tenha uma voz interventiva e activa dentro da Europa e, para que ajude a que a Europa tenha um futuro melhor e um futuro diferente. Nós somos europeístas, nós sabemos dentro da UGT da responsabilidade sindical e social que temos e é com base nessa responsabilidade social e sindical que não abdicaremos de construir uma Europa diferente, uma Europa que dê resposta àquilo que todos nós ansiamos.

Muito obrigada



Lucinda Dâmaso, Presidente da UGT

A white outline map of Europe is set against a dark blue background. Several yellow stars are scattered across the map, and a large, semi-transparent white question mark is overlaid on the right side. A white banner with a dark blue border is positioned horizontally across the middle of the map.

# O FUTURO DA EUROPA



CONFERÊNCIA INTERNACIONAL "O FUTURO DA EUROPA" PROMOVIDA PELA UGT - UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES

OUTUBRO 2017

[www.ugt.pt](http://www.ugt.pt)